

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI

EDIÇÃO Nº 251 – OUT/2026

CUITEGI/PB, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2026

Pág. 01



ATOS DO PODER EXECUTIVO

PREFEITO GUILHERME CUNHA MADRUGA JÚNIOR



ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGI-PB

ESTADO DA PARAÍBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGI/PB

RESOLUÇÃO CME Nº 001, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Ementa: Aprova o Guia que estabelece as Diretrizes para a Implementação e Consolidação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Cuitégi/PB e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGI/PB, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 598, de 22 de novembro de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 205 e seguintes da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 (LDB), na Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - Meta 6), na Lei Federal nº 14.640/2023 e na Resolução CNE/CEB nº 7/2025, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de orientar as unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino na transição e consolidação de práticas pedagógicas voltadas à formação humana integral;

CONSIDERANDO, a urgência de alinhar as diretrizes locais aos referenciais nacionais de expansão e qualidade da jornada em tempo integral;

CONSIDERANDO, o processo de apreciação e validação participativa do Guia Orientador encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução aprova o Guia de Diretrizes para a Implementação e Consolidação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, anexo a este documento, aplicável a todas as instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Cuitégi/PB.

Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem como eixo central o desenvolvimento global do estudante — em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, cultural e ética —, compreendendo-o como sujeito de direitos e centralidade do processo educativo.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios orientadores da política de que trata esta Resolução:

- I.** A intersetorialidade e a articulação de saberes, territórios e redes de proteção social;
- II.** A equidade e a garantia de prioridade de atendimento a estudantes em situação de vulnerabilidade social;
- III.** A valorização dos profissionais da educação, com metas progressivas voltadas à formação continuada e à dedicação exclusiva na rede;
- IV.** A inclusão radical, assegurando acessibilidade e adaptações pedagógicas para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E DA JORNADA

Art. 4º A jornada escolar em tempo integral caracteriza-se pela ampliação do tempo de permanência do estudante na escola ou em espaços territoriais devidamente integrados, para o mínimo de **35 (trinta e cinco) horas semanais**, distribuídas por pelo menos 200 dias

letivos anuais.

Art. 5º O currículo da Educação Integral deverá integrar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a atividades diversificadas estruturadas em eixos como:

- I.** Acompanhamento pedagógico, apoio e aprofundamento da aprendizagem;
- II.** Iniciação científica, pesquisa e experimentação;
- III.** Cultura, artes, corpo, movimento e práticas desportivas;
- IV.** Educação ambiental, direitos humanos e cidadania.

CAPÍTULO IV DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GOVERNANÇA

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em regime de colaboração com as unidades escolares, assegurar a infraestrutura física adequada, a oferta de alimentação escolar balanceada e o suporte técnico pedagógico contínuo.

Art. 7º O monitoramento e a avaliação da política dar-se-ão mediante indicadores de acesso, permanência, aproveitamento escolar, redução da evasão e distorção idade-série, devendo os relatórios periódicos ser remetidos a este Conselho Municipal de Educação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º O Guia aprovado por esta Resolução constitui instrumento de observância obrigatória para a formulação dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das instituições de ensino da rede municipal.

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas de interpretação decorrentes da aplicação desta Resolução serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Municipal de Educação.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cuitégi/PB, 19 de outubro de 2026

 Documento assinado eletronicamente
CRISTIANE GOMES SIMÕES MOURA
Data: 20/10/2026 10:08:45 (GMT-03:00)
Endereço: https://sistemas.dia.go.pb.gov.br

Cristiane Gomes Simões Moura

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuitégi/PB

ESTADO DAPARAÍBA
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGI/PB

DE RESOLUÇÃO CME Nº 002, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre: Fixa as diretrizes e institui os Parâmetros Municipais de Qualidade e Equidade para a Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Cuitégi/PB, e dá outras providências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUITEGI**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 598, de 22 de novembro de 2021, e considerando o disposto na Lei nº 9.394/1996 (LDB), na Resolução CNE/CEB nº 4/2026 e na meta de Educação em Tempo Integral do Plano Municipal de Educação (PME);

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam instituídos os **Parâmetros Municipais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral**, destinados a orientar o planejamento, a expansão, a execução, o monitoramento e a autoavaliação da oferta de jornada ampliada no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Cuitégi/PB.

Parágrafo único. A Educação Integral em Tempo Integral no município orienta-se pela garantia do desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural e política, superando a mera sobreposição de turnos (turno e contraturno) em favor de um currículo integrado.

CAPÍTULO II
DAS DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

Art. 2º A implementação e o acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral no Município organizar-se-ão com base nas seguintes dimensões estratégicas:

I - Acesso, Permanência e Equidade: Garantia de matrícula sem discriminação e estratégias de busca ativa com prioridade para populações vulnerabilizadas.

II - Gestão Democrática e Infraestrutura: Participação comunitária e adequação dos espaços escolares e insumos básicos.

III - Articulação Intersetorial e Territorial: Integração com as Secretarias de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esportes e Direitos Humanos, além do uso pedagógico do território municipal.

IV - Currículo Integrado e Avaliação Formativa: Articulação dos saberes locais, promoção da igualdade racial e avaliação focada no desenvolvimento integral.

V - Valorização dos Profissionais da Educação: Organização da jornada, formação continuada e integração de equipes multidisciplinares e parceiras.

VI - Monitoramento e Autoavaliação: Avaliação institucional periódica pelas unidades escolares e pela Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I - Elaborar e atualizar o **Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral**, alinhado ao Plano Municipal de Educação (PME) e ao diagnóstico das condições das escolas.

II - Prestar suporte pedagógico, administrativo e financeiro às escolas municipais para garantia da qualidade da oferta.

III - Garantir o fornecimento de alimentação escolar adequada com, no mínimo, 3 (três) refeições diárias para turmas de tempo integral, priorizando compras da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural local.

IV - Reorganizar as rotas do Transporte Escolar Municipal para atender integralmente aos horários de entrada e saída das jornadas ampliadas e atividades no território.

V - Promover a formação continuada permanente dos docentes, gestores e profissionais de apoio das escolas.

VI - Instituir protocolos intersetoriais municipais para busca ativa, combate à evasão e proteção contra a violação de direitos de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 4º As instituições escolares públicas e privadas conveniadas que ofertam a jornada ampliada no município devem:

I - Adequar o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar às diretrizes da Educação Integral em Tempo Integral.

II - Garantir mecanismos efetivos de gestão democrática e escuta ativa de estudantes, famílias e Conselho de Escola/Associação de Pais e Mestres.

III - Garantir a acessibilidade física, comunicacional e pedagógica aos estudantes público-alvo da Educação Especial Inclusiva, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

IV - Mapear e utilizar espaços do território (praças, quadras, centros comunitários, parques e equipamentos culturais) como extensões do ambiente educativo.

V - Realizar anualmente a **Autoavaliação Institucional Participativa** e enviar os relatórios à SEMEC para fins de aprimoramento da rede.

CAPÍTULO V
DA INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE OFERTA

Art. 5º As escolas que ofertam tempo integral no município deverão garantir progressivamente:

I - Espaços adequados para refeições (refeitório e cozinha funcional) e higienização.

II - Espaços de descanso, vivência, prática de esportes, manifestações artísticas e contato com a natureza.

III - Conectividade de internet em alta velocidade e equipamentos tecnológicos para uso pedagógico.

IV - Condições de acessibilidade em todas as dependências da escola.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O Conselho Municipal de Educação (CME), em articulação com o Fórum Municipal de Educação, acompanhará permanentemente a execução do Plano de Expansão da Educação Integral no município.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuitégi/PB, 19 de outubro de 2026

 Documento assinado digitalmente
CRISTIANE GOMES MOURA
CPF: 000.000.000-00
Assinatura em: https://gov.br/assinatura

Cristiane Gomes Simões Moura
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuitégi/PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITEGI
PODER EXECUTIVO

PREFEITO GUILHERME CUNHA MADRUGA JÚNIOR
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EDIÇÃO Nº 251 – OUT/2026
CUITEGI/PB, TERÇA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 2026